

# Acordo na Câmara favorece Ulysses e Marchezan

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O acordo do PDS com o PMDB em torno da composição da futura Mesa da Câmara foi jogada de grande habilidade, concebida e executada pelos deputados Freitas Nobre e Fernando Lyra para assegurar, no dia 28, a vitória da candidatura Ulysses Guimarães à presidência da Casa, desarticular o grupo malufista e fortalecer seu adversário ostensivo, o atual líder pedessista Nelson Marchezan.

Para oferecer ao PDS a 1ª secretaria, Freitas e Lyra contaram com a compreensão do deputado Paes de Andrade que, há dois anos, trabalhava para conquistar o comando da Casa. Diante de sua aquiescência, foram ao líder do PDS propondo entregar à sua bancada aquele posto, responsável pela administração da Casa, além da 2ª secretaria e uma suplência na Mesa. Marchezan aceitou os termos do acordo, embora ponderando que teria de esperar a aprovação da bancada. Por via das dúvidas, deu conhecimento da proposta ao malufista Edison Lobão, seu vice-líder, que o apoiou calorosamente.

Os malufistas não esperaram telefonemas de Paris ou de Viena — onde está o candidato derrotado à Presidência da República — para traçar suas estratégias de sobrevivência. Seis deles — Lobão, Haroldo Sanford, João Carlos de Carli, Leir Lomanto, Pedro Correia e José Carlos Fonseca — entraram imediatamente em campo, pleiteando os lugares que caberão ao PDS, homologando, na prática, o entendimento.

Foi inútil o protesto do ex-chefe da campanha de Paulo Maluf, Calim Eid, afirmando que Marchezan não tinha autorização de seus liderados para selar o acordo. A única voz discordante foi a do malufista Adail Vettorazo (PDS-SP), que ainda assim reconheceu as vantagens da proposta do PMDB.

Era mais uma pá de cal no malufismo. Porque a 16 de janeiro, ainda sob a ressaca da derrota, sofrida na reunião do colégio eleitoral, 82 deputados do grupo se reuniram, sob o comando do então presidente Antônio Farias (PDS-PE) e do secretário-geral, Armando Pinheiro, numa espécie de catarsis. Muitos oradores se fizeram ouvir, desferindo ataques ao líder Nelson Marchezan, ao chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu e ao governo, responsabilizando-os pela vitória da candidatura Tancredo Neves à sucessão do general João Figueiredo. Decidiram transferir para a Executiva Nacional poderes para negociar com o PMDB, em nome da bancada, a composição da Mesa da Câmara. Mal os peemedebistas saíram, terça-feira à tarde, do gabinete de Marchezan, os malufistas já aplaudiam a composição e entravam em ação para disputa das posições.

Não ficaram aí os dissabores do ex-governador de São Paulo. O acordo entre os dois maiores partidos, assegurando a vitória de Ulysses, inviabiliza a candidatura rebelde de Alencar Furtado à presidência da Câmara. A Campanha de Furtado recebeu estímulos públicos de Paulo Maluf, Flávio Marfili e de Calim Eid pelo exclusivo motivo de aparecer como chance de fragmentação da Aliança Democrática e de derrota de Ulysses. Ocorre que, pelo regimento, em primeiro lugar se elege o presidente da Câmara. Somente depois disso o restante da Mesa diretora, o que impede que o representante do Paraná venha a se beneficiar dos descontentamentos existentes nos diversos partidos com assento na Mesa do Congresso. E para coroar um período de adversidade, os malufistas registram o inequívoco fortalecimento de Nelson Marchezan.

## SENADO

No Senado, o entendimento não está tão fácil como querem fazer crer os dirigentes da Aliança Democrática. O problema é que tanto o PMDB como a Frente Liberal querem a presidência da Casa, que inclui também a presidência do Congresso. Os dois partidos têm como objetivo comum evitar que o posto caia nas mãos do PDS, mas tudo indica que a decisão exigirá negociações em nível superior, entre o presidente eleito Tancredo Neves, Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães.

A bancada do PMDB está disposta a ceder a presidência do Senado só se houver interferência pessoal de Tancredo. No momento, os planos peemedebistas prevêem que o PFL fique com a 1ª vice-presidência. Na verdade, parte da polêmica é alimentada pelo líder do PMDB, senador Humberto Lucena, ele próprio candidato à sucessão de Moacyr Dalla.

Já o PFL, que tem 14 senadores e até março pode chegar a 17 ou 18, também reivindica a presidência do Senado, em troca do apoio ao PMDB para a direção da Câmara. O candidato natural do partido ao posto seria o senador Marco Maciel, que alega preferir cuidar apenas da organização da nova agremiação — preservando-se, talvez, para disputar um cargo no futuro Ministério. Se Maciel mantiver essa posição, o candidato surpresa do PFL seria o senador Marcondes Gadelha (PB), que deve formalizar seu ingresso no partido.



Ulysses Guimarães

Um moderado de discurso radical na década de 70, doutor em eleição direta, como o apelidaram na campanha do ano passado, o deputado Ulysses Guimarães poderia escolher o Ministério de sua preferência na Nova República, por sua antiga ligação com Tancredo Neves e pelo trabalho em favor de sua candidatura no colégio eleitoral. Mas preferiu presidir novamente a Câmara dos Deputados com o apoio do presidente eleito, que considera a sua eleição "um imperativo de união nacional". Só os malufistas do PDS e um reduzido grupo de peemedebistas não apóiam sua postulação.

Aos 68 anos, o deputado paulista diz que adora as campanhas eleitorais: "Dão-me transporte, de comer e beber, o melhor quarto da casa, aplausos, votos e ainda me chamam de estadista". E desde 1947, campanhas políticas é o que ele tem feito. Deputado estadual, depois federal, ele presidiu a Câmara em 1956. Perdeu a eleição para o governo paulista em 59 e foi ministro da Indústria e Comércio do governo parlamentarista de Tancredo Neves, com quem formou no velho PSD até sua extinção.

Foi também ao lado de Tancredo que, a partir de 86, começou a ganhar projeção nacional no extinto MDB, partido do qual se tornou presidente em 73, para nunca mais largar o posto. Liderou em 80 a criação do PMDB e, no ano seguinte, coordenou a fusão com o extinto PP, restabelecendo a dobradinha com Tancredo Neves. Diz-se no Congresso que, desde então, os dois tinham um acordo de apoio recíproco: se a sucessão de Figueiredo fosse pela via direta, Ulysses seria o candidato, se fosse indireta, o nome seria Tancredo. Eles nunca confirmaram esse pacto como, também, nunca revelaram o teor das longas conversas que sempre mantiveram nos mais diversos locais, como nesta sexta-feira.

Eleito presidente do MDB com o apoio dos moderados, Ulysses conseguiu manter unidos os grupos do partido com frases fortes e declarações contundentes que o celebrizaram. Em 74, comparou o ex-presidente Geisel ao ditador africano Idi Amin Dada com tal competência que não pôde ser processado. Parafrazeando Fernando Pessoa, criou a conhecida expressão "resistir é preciso". Já no governo Figueiredo, reagiu: "O Congresso não é a cocheira do Palácio do Planalto".

Por motivos desconhecidos, nunca disputou o Senado. Nem mesmo em 82, quando teria eleição garantida em chapa com Franco Montoro. Como deputado, várias vezes percorreu o Brasil em defesa das diretas para presidente. Liderou a campanha de 84, brigou pela emenda Dante de Oliveira e, derrotado, no dia seguinte, passou a trabalhar pela candidatura de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral: "O bom bocão nem sempre é para quem o faz", ironizou para explicar.

Eficiente negociador e bom frasiata, cativou jornalistas por suas declarações contundentes, mas nunca foi bom informante. Nem mesmo um informante. É acusado de propor uma anistia que não atingiria Brizola e todos os cassados depois de 64. Durante 15 anos, esteve ausente da tribuna parlamentar, a qual ocupou em agosto de 83 para anunciar que não subiria a rampa do Planalto, senão para negociar as eleições diretas para presidente e a Constituição em 86. Voltou a discursar nas vésperas da votação da emenda das diretas já, quando cunhou outra de suas pérolas: "O povo sabe que as diretas já não resolvem tudo, mas sabe que sem elas não se resolve nada".

Os políticos reconhecem seu esforço pela popularização da candidatura de Tancredo Neves e sua importância nas articulações para a formação da Aliança Democrática, com Aureliano Chaves e Marco Maciel. Sem Ulysses e Aureliano, comenta-se, seria impossível a vitória do ex-governador de Minas no dia 15 de janeiro. "Farda não dá desconto em supermercado", foi o que disse ano passado, para justificar por que não temia um golpe militar para a manutenção do PDS no poder.

Como ministro e deputado federal, há 25 anos ele passa três dias por semana em Brasília. Mas jamais transferiu a família e a residência. Hospeda-se em hotéis modestos, almoça em restaurantes discretos e pouco conhece da casa que pretende presidir (em 56, a Câmara ainda funcionava no Rio). Ele raramente deixa seu gabinete. Só para ir ao plenário ou à barbearia do Senado, a poucos metros de sua sala. Da mesma forma, não conhece pelo nome a maioria dos deputados e senadores, sobretudo os de primeiro ou segundo mandato. Talvez por isso não esteja, como seu adversário Alencar Furtado, batendo de porta em porta, em busca de votos dos parlamentares.

Sérgio Chacon (Ag. Estado/Brasília)

Em abril de 1977, depois de denunciar as torturas ocorridas no período da ditadura em um programa do MDB na televisão, o deputado federal Alencar Furtado, então líder do partido, soube, em Londrina, que havia sido cassado. Eleito com 90 mil votos no Paraná e recém-saído de uma CPI sobre a influência multinacional no Brasil, Alencar Furtado foi obrigado a retornar à advocacia. Associado com o ex-senador Leite Chaves, abriu um escritório e permaneceu afastado do Legislativo durante cinco anos. Voltou nas eleições de 1982, quando tentou sair candidato a senador pelo PMDB. Derrotado na convenção estadual por mais de cem votos, teve de se contentar com a Câmara Federal. Elegeu-se com 101 mil votos, como o segundo deputado federal mais votado no Estado.

Hoje, candidato a presidência da Câmara, disputando a vaga com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, Alencar Furtado apenas repete posições assumidas desde o início de sua vida política. A decisão de não respeitar a convenção do partido e enfrentar o plenário é semelhante à posição adotada em outra convenção, a que homologou o nome de Alvaro Dias como candidato a senador pelo PMDB do Paraná. A indicação de Alvaro Dias em 1982 era conhecida com antecedência, e apesar das sugestões de políticos próximos a Furtado, que aconselhavam que se afastasse, não desistiu. Revoltado por não ter sido indicado, Alencar Furtado até ameaçou retirar-se da política. Mas convencido pelo então candidato a governador José Richa, aceitou disputar uma vaga na Câmara.

A vida política de José de Alencar Furtado, cearense, 59 anos, começou em 1945, quando era estudante de Direito em Fortaleza. Nesta época foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro e a partir de então conhecido como um radical. Foi também, na juventude, fundador de vários centros de estudo de defesa do petróleo, engajado no movimento nacionalista. Descendente de uma família de tradição política, o próprio Alencar faz questão de lembrar que o tronco de sua família tem como raiz genealógica a revolucionária portuguesa Bárbara de Alencar, uma fazendeira que libertou seus escravos antes da princesa Isabel. Primo do deputado Miguel Arraes, Alencar Furtado lembrou na volta do exílio do ex-governador de Pernambuco, que eram "de uma terra que só tinha uma rua, três mil eleitores e dois cassados".

Furtado saiu do Ceará em dezembro de 1952 e chegou a Paranavaí no dia 9 de janeiro de 1952,



Alencar Furtado

com sua mulher Mirian, grávida, na boléia de um caminhão. Transferiu-se para o Norte do Paraná entusiasmado pelas notícias que chegavam ao Ceará de que a região era promissora para um advogado. Já em 1960 elegeu-se vereador. Na eleição seguinte, em 1962, foi indicado para ser deputado estadual pelo Partido Social Democrata, porém não aceitou. Arrependido, decidiu mais tarde ser candidato e, perdida a vaga no PSD, lançou-se pelo Partido Social Progressista. Com quatro mil votos, conseguiu apenas a segunda suplência. Em 1966, no PMDB, Alencar Furtado conquistou, com quase 13 mil votos, uma vaga na Assembléia Legislativa do Paraná. Na eleição seguinte, já com 40 mil votos, foi eleito deputado federal.

"Socialista democrata, além de trabalhista" — é assim que Alencar se define politicamente. Afirma que nunca se engajou na esquerda e que é um independente. Marcado pela morte de seus três filhos homens, entre os quais seu sucessor político, o deputado federal Heitor de Alencar Furtado, assassinado na campanha eleitoral de 1982, Furtado tem mais três filhas, uma delas casada com o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA).

Conhecido como radical também em suas posições pessoais, o deputado Alencar Furtado tem a marca de não barganhar. A negociação não está em seu dicionário e com as cicatrizes da cassação e do sofrimento declara que vai até o fim na disputa pela Câmara, garantindo que tem o apoio de todos os partidos, inclusive do PMDB, dividido até no Paraná entre as duas candidaturas.

Cila Schulmann  
(Ag. Estado/Curitiba)